Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA

Agência iNFRA

Informação
Brasília - DAMFA 54 quadra 06 "SHMS 07"
ombds@

Bom dia, CF SANTOS !
Pesquisa exclusiva da iNFRAEnergia Responsabilidade de comercialização | Eólica | Fundo | Geração térmica | Governança | Governo | Leilão de transmissão | Leilões de geração

TCU DECIDE ANALISAR CASO A CASO AS RENOVAÇÕES DE CONCESSÕES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Nicola Alamiano e Daniel Lucas, da agência iNFRA
Os ministros do TCU (Tribunal de Contas da União) decidiram nesta quarta-feira (24) que os processos de renovação de concessões de distribuição de energia serão analisados individualmente. A proposta foi apresentada pelo ministro Antonio Anastasia, relator de processos que apresentam as diretrizes do Parter Executivo para a renovação das outorgas (TC 008.595/2023-2).
Ao apresentar seu voto, o ministro Antonio Anastasia disse que a decisão do tribunal "não significa que o processo de renovação das concessões de distribuição de energia elétrica está sendo paralisado". Ele ressaltou que os processos precisam ser concluídos antes do término dos atuais Bases Concessão, com regras gerais, estável e previsibilidade de a Casa Civil propor alterações no texto e, ainda, de o Congresso Nacional aprovar uma lei sobre o tema.
Assim, a decisão foi por analisar individualmente cada caso em que a renovação esteja sendo cogitada pelo ministro Antonio Anastasia. Ele disse que, no caso das SEP no Espírito Santo (antiga Escelsa), a posse de 50 mesas antes de Rio de Janeiro para o governo informar se vai ou não renovar a concessão (referência em 17 de janeiro).
Em sua fala, Anastasia ainda ressaltou que a discussão do caso "sempre levou em consideração que a decisão que realizar nesse Solução ou prorrogar as contratos de concessão do serviço de distribuição de energia(.) prerrogativa do Parter Concedente", disse, ao "ações fiscalizatórias tiveram sobretudo o caráter preventivo, com o intuito de que as medidas necessárias ao cumprimento da lei fossem tempestivamente adotadas".
"Ativismo"
O ministro Bruno Dantas, presidente do TCU, disse ter receio para o debate entre o Executivo e Legislativo recriar das concessões de distribuição de energia concretas dificultou o que ele chama de contratos de acompanhamento das diretrizes. Na ocasião, parecido, a decisão de analisar individualmente apenas empresas se prorrogou.
"O que se observa no Brasil é um certo debate ainda entre o Congresso e o governo, o que, evidentemente, se que um lado acaba impondo dificuldades para quem está exercendo a nossa função constitucional de acompanhar essas diretrizes, (.)porque de nada adianta aprovarmos aqui uma apreciação de diretrizes em abstrato, que podem ser alteradas no próximo semana, caso o Congresso aprovar uma lei.", o ministro, o ministro Antonio Anastasia reacheu uma salvaguarda-argumento", afirmou.
"Nesses processos que não vamos realizar a nossa função precípua de controle externo e que verificaremos se a ensinalegal jurídica e econômica se encontram adentro daquilo que a Constituição da República, as leis do país e as melhores práticas nacionais e internacionais recomendam".
Benjamin Zymler, ministro da corte, complementou: "A informação de que foi ao Parter de cal um investidor no Congresso Nacional tratando dessas assuntos, (.)em que essas questão gerdeiro diretamente um parlamento no âmbito do Parter Legislativo, que pode bem com que o nosso trabalho seja desprestigiado". Com isso, a decisão de analisar os processos individualmente "tem decisão foi a medida mais adequada", disse.
Ainda nesta quarta-feira (24), a ANEEL publicou notícia na qual entende que a decisão do TCU "reforçou a legitimidade do Poder Executivo em publicar decreto com as diretrizes dos contratos de concessão, que tem como objetivo promover previsibilidade e estabilidade ao setor elétrico".
"Essas diretrizes asseguraram a continuidade, eficiência e modernização necessárias a entrega de bens qualificado no serviço de distribuição de energia elétrica para a sociedade brasileira", afirmou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.
Para o diretor-presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica(.) que representa as empresas interessadas no processo de renovação, a decisão do TCU reverteram que as diretrizes propostas pela ANEEL "atendem ao interesse público, a economia(.)ade, a eficiência e a eficácia, bem como preservam as competitividade e as bases jurídicas, ambientais, na forma da lei e dos contratos".
A situação do ministério "tem sido importante para preservar a segurança jurídica e garantir a manutenção de um modelo regulatório que precisa e mapear de eficiência para o consumidor, com impacto na redução da tarifa no longo prazo", disse a associação em nota.
Nos últimos dois decênios, Renato Rocha, diretor-geral da ANEEL, ressaltou que "a prorrogação das concessões é um instrumento que assegura a continuidade e a prestação adequada do serviço de distribuição à população, além de permitir a continuidade da redução tarifária e da melhoria de qualidade dos serviços para os consumidores, prioridades do segmento".
ver notícia completa

JUSTIÇA DETERMINA QUE ITAIPU PAGUE ATRASADOS DE FUNCIONÁRIOS APÓS IMPASSE COM O PARAGUAI

Nicola Alamiano, da agência iNFRA
A Justiça Federal Brasileira, na 3ª Região (Tribunal de 1ª Região), determinou nesta quarta-feira (24) que Itaipu pague os últimos dois(.)mas estão atrasados e o salário dos funcionários está esta quinta-feira (24). Em caso de descumprimento, será aplicada uma multa diária de R$ 500 mil.
O argumento do Itaipu(.)está nesses dois(.)a indefinição da carta de Itaipu, o Tratado Binacional Brasileiro e o Paraguai, Anexo, a companhia não informou o pagamento dos últimos dois salários e a antecipação de décimo terceiro dos funcionários, que deveriam ter ocorrido nos dias 5 e 12 de janeiro, respectivamente. Para um acordo entre os países para o valor da tarifa, o valor(.)o preços para Itaipu (2%) também atrasaria.
Itaipu(.)o entendimento de(.)ção, a meta não foi atingida e, portanto, não teve que ser a antecipação para pagar, no prazo, os salários do mês de janeiro(.)Paraguai". Ele disse que "a Itaipu(.)ha muito a prorrogação e renegociação do vencimento de obrigações". Itaipu alega a dívida.
Na ação, a Itaipu(.)Paraguai, que é o maior credor da companhia, e a Eletrobras, que é a controladora da Itaipu(.)Brasileira, que é a maior credora da companhia, se recusaram a pagar os salários. Os funcionários da Itaipu(.)Brasileira e Paraguai, que são os maiores credores da companhia, se recusaram a pagar os salários.
"Não informaram sobre prazos. Consideramos que uma dívida é inferior a mais elevada que a da publica. Ela ainda está complicada o Paraguai se opõe a isso, porque desrespeitaria uma decisão judicial pode caracterizar desrespeito ao direito de um credor, que é um crime de desrespeitar", pontuou. "O que a Itaipu pode fazer é argumentar um recurso provavelmente caiaar essa decisão, mas está sob muito bem caracterizado. A próprio Itaipu admitiu que está em atraso e que está tentando regularizar."
Impasse
A dívida vem(.)ro é uma(.)mas marginalizar dos dois países, Luiz Fernando Pelho, que se reuniram em 23 de janeiro, mas não chegaram a uma alternativa. Enquanto o Brasil defende a manutenção da tarifa vigente (US$ 26,73/kW), o país(.)ontra busca aumentar esse valor.
Na ação, a Itaipu(.)Paraguai, que é o maior credor da companhia, e a Eletrobras, que é a controladora da Itaipu(.)Brasileira, que é a maior credora da companhia, se recusaram a pagar os salários.
"Por ainda muito, mantemos que não será(.)ma o mais rapido possível e que o governo pague ao(.)ente mais ao Paraguai quanto ao Brasil uma solução definitiva de nossa dívida(.)ente Paraguai. Ela(.)ha quanto ao valor, importância ainda(.)ha Itaipu", disse Luiz Lyra, o recibo.
Ainda nota Ele ofuscagem a dívida de maior amorteiro, que, segundo a presidente, seremos no Paraguai, no Iemaa.
ver notícia completa

CCEE JÁ DIZ PARA O DIA FEVEREIRO ASSEMBLEIA QUE DARÁ INÍCIO À MUDANÇA DE SUA GOVERNANÇA

Lucas Ferreira, da agência iNFRA
A CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) remeteu para(.)ro fevereiro a 12ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária), prevista para esta quarta-feira (24), que dará início ao processo de mudança na sua estrutura e sua governança.
Segundo, ainda ontem(.)ente pela presidente da CCEE, Alexandre Pelosio, ao Faze (Fórum das Associações do Setor Elétrico), o adiamento ocorre em atendimento ao pleito das agentes.
A mudança na governança da CCEE se dá após publicação do Decreto 11.830/2023, em 21 de dezembro, que determina alteração na estrutura organizacional da câmara, criando um Conselho de Administração separado da diretoria-executiva.
Esse conselho terá dois membros, sendo quatro indicados pelos agentes (geração, distribuição, comercializadoras e consumo) e três membros indicados pelo MME (Ministério de Minas e Energia). O presidente do conselho, no entanto, que terá indicação do ministério, terá o voto de qualidade nos casos de empate nas deliberações, dando ao governo o poder de decisão na CCEE.
Nesse ação se decreto e a mudança da estrutura da CCEE. O Faze se posicionou contrário ao decreto e também apoiou publicamente o Pl 1.917/2023, apresentado pelo deputado Júlio Cesha Ricardo (PL-RJ), que derrubou o Decreto 11.830.
ver notícia completa

DIÁRIO OFICIAL

Liberados - Informações da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) liberam unidades geradoras para início de operação nos municípios de Jaguariúna (SP), Lapa (RN), São José do Campestre (RN) e Barra de São Bento (RS).
ANP - A Agência Nacional de Mineração renovou **Cruzeiro Prata de Silva Filho** para exercer o cargo de superintendente de Fiscalização Técnica e Disponibilidade de Dados de analista(s).
ver notícia completa

AGENDA

Lula – O presidente da República recebe as, às 9h, com o ministro da Educação, Camilo Santana. À tarde, viaja para São Paulo, onde participa, às 19h, da cerimônia de celebração dos 90 anos da USP (Universidade de São Paulo). Após a cerimônia, retorna para Brasília (DF), com chegada prevista para as 23h.

Alexandre Silveira – O ministro de Minas e Energia não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (25) até o fechamento desta edição.

Fernando Haddad – O ministro da Fazenda recebe as, às 10h, com o presidente do Abpip (Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Petróleo e Gás), Ribeiro Filho. Às 12h, participa da reunião virtual do CNN (Conselho Nacional Econômico). Às 16h30, participa da cerimônia de 90 anos da USP (Universidade de São Paulo).

Rosalio JOP – A ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) realiza, às 14h, reunião ordinária de diretoria. A pauta está disponível aqui.
ver notícia completa

MONITOR

TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS
PL Competitividade Brasileira (Incentivos ao setor petrolífero): com relatório, seu tratamento em Discussão.
PL 6.407/2013 - REGIMENTO INTERNO DA ANEEL
Nova Lei(.)ção (Regulamentação de propostas legislativas relevantes para o setor).
ver notícia completa

FIQUE DE OLHO

Eventos climáticos no RS – O diretor-geral da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), Sandoval Feitosa, participa nesta quarta-feira (24), em Porto Alegre (RS), de reunião com o governador Eduardo Leite (PSDB), prefeitos e distribuidoras. Na ocasião, Feitosa apresentou o trabalho de flexibilização para aparição de responsabilidades das concessionárias do estado na recomposição dos serviços de distribuição de energia elétrica em virtude dos eventos climáticos ocorridos no dia 02 de janeiro e no ano passado. Detalhes do encontro, ainda, não.

Barragens do Norte Energia – A Norte Energia comunica o início anual de manutenção das barragens da Complexo Belo Monte. Foram inspecionadas 51 estruturas, entre diques, barragens e estruturas de concreto, todas classificadas como o nível "normal" de segurança.

Nova Alesbar: nova política industrial – A nova política industrial anunciada pelo governo federal neste semana 3 é recebida positivamente pela Alesbar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica). Em nota, a associação destacou que a ABI (Nova Indústria Brasil) "reforma o comprometeu do país com a transição energética e mais incentivos às energias renováveis e tecnologias sustentáveis". A Alesbar reforçou, no entanto, a necessidade de uma implementação adequada, incluindo uma abordagem detalhada na sua operacionalização e que atendam as características específicas do setor e do mercado solar. Ainda, ainda, pouco(.)mente na íntegra.

Reestruturação: CGE – O CGE (Operador Nacional do Sistema Elétrico) foi reconhecido pelo tersetro aos consultoria como uma empresa exemplo para trabalhar, de acordo com a ação consultoria pela consultoria Great Place to Work.

Distribuição de royalties – A ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) informou que foram arrecadas, nesta quarta-feira (24), todas as etapas de operacionalização da distribuição de royalties pelo aplicativo, relativos à produção do novembro de 2023, para os contratos de partilha de produção. O valor repassado diretamente aos estados foi de R$ 439,96 milhões, enquanto os municípios receberam R$ 577,33 milhões.

Oferta permanente – A Petrobras, amanhã, nesta quarta-feira (24), que manifestou ao CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) interesse no direito de preferência no blocos(.)ação, localizado na Bacia de Campos, e ser incluído no Sistema de Oferta Permanente, sob o regime de partilha de produção.
ver notícia completa

CLIPPING

Governo publica medida que TCU quer responsabilizar por atraso/falhas em renovação
Decisões a seus órgãos(.)ente(.)Congresso e Planalto, cada(.)de medida, só decidiu sobre casos concretos. O(.)dentículos(.)ente sobrenome sinonímia. (Folha de S. Paulo, Poder)

Justiça determina que Itaipu pague atrasos e seja indefinida a(.)ação brasileira
Impasse(.)ente sobre tarifa de energia(.)ação(.)Itaipu Binacional e Ministério das Finanças(.)ação. Governo de(.)ponto precisa ser deputado nesta quarta-feira. (O Globo)

Renegociação promete desconto de R$ 12 bi
Prazo(.)ação(.)ação(.)ação